

historia: fronteiras



Vol. II

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)

Volume II



História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

PARA UMA SOCIOLOGIA HISTÓRICA DOS TESTEMUNHOS: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Eliana Regina de Freitas Dutra
Universidade Federal de Minas Gerais

No tocante às reflexões sobre o testemunho, o nosso ponto de partida é a afirmação de Marc Bloch¹ de que, à medida que a investigação histórica progredia, ela foi levada a confiar cada mais na segunda categoria de testemunhos – sendo a primeira a das fontes narrativas – isto é, nas testemunhas que não pretendiam sê-lo. Segundo, não é que documentos desse gênero estejam mais isentos de erro ou de mentira do que outros, mas a deformação, uma vez existente, “não foi pelo menos especialmente concebida a pensar na posteridade”.

Essas preocupações de Marc Bloch, ao contrário de uma dose de ingenuidade, vieram no contexto de uma reflexão sobre a importância de se levar em conta as condições peculiares, à época, dos testemunhos, única saída, segundo ele, para que o historiador não ficasse refém de preconceitos ou falsas prudências ao lidar com as gerações desaparecidas. Ocorre, entretanto, que esse historiador estava refletindo sobre testemunhos escritos, e mesmo que sua saída permaneça válida para o trabalho com documentos orais, mantêm-se de pé as suas preocupações quando lidamos com esses últimos, dada a desconfiança que ainda hoje impera em relação aos mesmos.

A questão dos testemunhos, desde a Antiguidade², já estava colocada no cerne de controvérsias historiográficas. Haja visto a crítica que Tucídides vai fazer a Heródoto pelo fato desse fazer do testemunho o centro da nova forma de conhecimento, a que aquele tinha dado origem. Afinal, na perspectiva de Heródoto, é a visão que acarreta o saber, daí o peso da narrativa de quem viu, escutou, de quem viu, ou mesmo escutou de alguém que escu-

tou de quem viu. A validade do testemunho para Heródoto se esgotaria, assim, na terceira geração, pois o que não era visto não poderia mais ser relatado. Ele queria mostrar o que viu e pesquisou e narrar todo e qualquer aspecto da realidade “digno de menção e memória”. Para isso ele privilegia a palavra da testemunha, a sua própria e a de outrem.

Tucídides, ao contrário, acha a memória fonte frágil, pouco confiável, inexata, subjetiva, variável, relativa, incapaz de garantir a fidelidade do relato à realidade e de assegurar autenticidade. Ele quer fixar o testemunho por escrito, estabelecer critérios de verificação, e vai escolher o que deve ser registrado para ser transmitido: os fatos relativos ao exercício das atividades políticas, aos cuidados com a vida pública. Ele escreve para o presente aprender e para instruir o futuro. Com Tucídides começa a ganhar corpo uma idéia de que a História, mais tarde reconhecida como ciência, só existe na perspectiva de um conhecimento válido, porque capaz de ser objetiva, quando deixamos de ser dependentes da tradição oral e quando podemos dispor de documentos escritos. Como dizia o grande historiador Fustel de Coulanges no século XIX, “a História se faz com documentos escritos”. Ao que vai rebater neste século, outro eminente historiador, Lucien Febre³: “quando eles existem”. Se não os temos, teremos que ser capazes de “fabricar o mel mesmo na ausência das flores habituais”.

Deixando de lado a imagem romântica utilizada por Febvre, importa reter que no século XX, com a revolução historiográfica que se distancia de uma história escrita a nível das fontes, ou seja, baseada em documentos produzidos pelos protagonistas; com a revolução documental, qualitativa e quantitativa vivida pela história, cada vez mais foi se impondo a valorização de outros recursos documentais de massa, entre eles os documentos orais. Como os demais documentos, a sua utilização continua a inspirar cuidados, polêmicas e críticas, como a que vê na produção de fontes orais uma prótese do arquivo escrito⁴.

A valorização do testemunho oral, neste século, ultrapassou a idéia tão cara aos folcloristas da “tradição oral”, que perdeu força numa sociedade onde a imprensa e os demais meios de comunicação de massa, segundo opinião corrente, formam

na atualidade um quarto poder. A questão que se coloca para historiadores, sociólogos e antropólogos hoje, é que a fala de desconhecidos e anônimos constitui um discurso coletivo e que existe um produto social na confusão de vozes que falam de seu passado. Experiências vividas, fatos observados, ações realizadas transformam-se em história no decorrer de diversas narrações. Mas a investigação crítica não pode desconsiderar que os depoentes têm um interesse próprio no depoimento que prestam aos pesquisadores: eles fazem valer seu interesse ao depor, eles intervêm no depoimento, eles decidem o que lembrar, qual história contar, o que recortar, o que montar, o que esquecer.

Também o pesquisador tem de se preocupar com as suas fontes e essa preocupação realiza, a seu modo, um tipo de imposição sobre o documento oral uma vez que estabelece um roteiro para os inquéritos: Quem fala? Por quê fala? Por quem fala? De qual história particular participou? Que ação e que pensamento estão contidos no seu testemunho? Qual a finalidade e o caráter necessário que comandam a decisão de depor? Até que ponto ele conhece sobre o que diz saber? O que ele evita dizer? Por que ele sabe? Quem lhe informou? O que ele quer que eu acredite? Do que ele quer me convencer? Qual é a distância temporal entre o ocorrido e o momento da narração? O que se passou nesse intervalo de tempo? Estas são perguntas que têm que estar atadas ao gravador. Um cuidado metodológico importante é a consideração da diferença das fontes orais em si mesmas. O que também exige um protocolo prévio de interrogação. O que vem a ser esse testemunho? O que ele é capaz de me dizer? Como posso recuperar o que ele tem a me dizer?

Ora, as fontes orais colocam questões de natureza diferente ao pesquisador que não pode uniformizar o tratamento de todo e qualquer tipo de depoimento. Esta é, no nosso entender, uma questão de princípio. Não podemos tomar indistintivamente depoimentos de imigrantes, sindicalistas, militantes partidários, habitantes das cidades, mulheres, lideranças políticas de elite, uns com os outros e entre si, sem considerarmos a noção de identidade que eles possuem, os signos distintivos com os quais eles se identificam, individualmente ou enquanto grupo, e que dão

coerência à sua vida e constância aos seus hábitos e práticas. É por meio deles que estes sujeitos se reconhecem e aos outros, que compreendem mutuamente suas práticas, sua história individual, e compartilham uma história de grupo⁵.

Do mesmo modo, é preciso levar em conta as experiências de crise, traumatismo e transição das identidades, onde os indivíduos experimentaram rupturas com o seu mundo habitual. Este é o caso, por exemplo, dos imigrantes⁶ que se transferem para outros países, dos militantes políticos que vivenciaram experiências de exílio e de prisão, pela qual tiveram interrompida sua integração social, grupal e familiar, sendo submetidos a relações com outros grupos étnicos, lingüísticos, nacionais etc. Os depoimentos de quem experimentou essas condições, tendem a revelar a necessidade de manter vivo um sentimento de identidade. Nessas condições o testemunho deixa de ser uma simples exposição factual e informativa, e o ato mesmo de depor transforma-se num instrumento de resgate e de recomposição da identidade esbatida⁷. A vontade de testemunhar é tão somente o encontro bem sucedido entre a vontade do pesquisador e a disposição do depoente de reconstruir sua experiência autobiográfica. Nesse ponto se misturam as histórias de vida e as entrevistas temáticas.

A análise dos testemunhos deve, portanto, inventariar as diferentes formas de testemunho, dentro do campo escolhido ou colocando um campo frente ao outro, na medida em que eles condicionam a compreensão e a natureza das informações recolhidas. Para garantir um mínimo de unidade aos diferentes tipos de testemunhos dentro de um campo, é preciso fazer escolhas que permitam uma análise mais fina do conteúdo e das formas dos documentos orais. Tal como escolher tratar diferenciadamente, em certas condições de práticas e hábitos culturais, depoimentos de homens e mulheres; dos militantes de base dos de liderança política, entre outros. Face a esse material que incorpora essas divisões oriundas do social, o historiador e o sociólogo vão ser levados a abordar o problema da veracidade de suas fontes.

Aqui é preciso atentar para a tendência do procedimento habitual de reter apenas o material que pode ser confirmado por coincidência com outras fontes. Esse procedimento não pode

ser considerado isento de questionamentos. Afinal, sabemos bem que, quando eliminamos o que não pode ser confirmado por uma pluralidade de fontes com o objetivo de reconstituir de maneira mais objetiva e exata o que realmente se passou, corremos o risco de ocultar a tensão constitutiva e própria dos testemunhos. Elas podem nos levar a compreender coisas importantes sobre as experiências dos depoimentos a partir da problematização do que foi dito e o que foi silenciado nos depoimentos.

Nesse ponto, é preciso que os historiadores se valham da problemática sociológica que supõe que todo documento tem um sentido. Não podemos abandonar certos documentos orais apenas em nome da credibilidade, e sim quando for preciso que reconstruamos o sistema de ajustamento de seu sentido. Não devemos concentrar toda nossa atenção sobre as informações factuais, e sim devemos submeter um *corpus* de formas diversas de testemunhos a uma análise também sociológica. Uma tal análise deve integrar na reflexão tudo o que diz o material documental disponível no contexto de sua produção e de seus destinatários presumidos ou reais, de maneira a estabelecer um vai e vem permanente entre os materiais empíricos e a construção teórica. Esta sociologia se baseia em fatos relatados, na posição do depoente e suas ligações com o destinatário do testemunho, que pode ser ou não o pesquisador, e também nas formas escolhidas para dar conta, no seu depoimento, da experiência relatada.

É preciso não esquecer que os documentos biográficos ou temáticos em poder dos centros de pesquisa, que resultam de questões colocadas pelos pesquisadores, mesmo quando esses permitem associações livres, contêm os temas, os princípios e o estilo que organizam os depoimentos. Ainda assim eles são ricos, face aos silêncios dos documentos escritos dos arquivos, quando então só as histórias de vida detalhadas e os interrogatórios temáticos permitem estudar as articulações entre a experiência, por exemplo, antes da imigração, da prisão, do exílio, da urbanização, da liberação feminina⁸, e a vida posterior, o trabalho de adaptação, a afirmação social após a conquista de um espaço social e/ou político.

É preciso que não esqueçamos que os documentos biográficos, principalmente, resultam sempre da vontade do autor de se lembrar e de transmitir a lembrança. As informações tão ricas que eles contêm devem ser valorizadas em função das lógicas que podem comandar as diferentes maneiras que os depoentes têm de dar conta de sua vida. Também os constrangimentos estruturais aparecem sob a forma do silêncio dos depoentes, dos desvios, das recusas de tocar em certos temas, de falar de determinados assuntos. Certas fronteiras são estabelecidas, limites são constatados, mas eles não podem ser considerados “dados” nem “estáveis” *a priori*. Eles variam de acordo com os diferentes gêneros de testemunho. As censuras podem ser interiorizadas ou institucionais, a depender da natureza dos testemunhos. Existem condições que autorizam a expressão pública da pessoa privada, onde a palavra sobre o eu se vê ampliada, onde a memória individual se vê transfigurada em coletiva. Este é o caso de depoentes com grande notoriedade pública, ou que têm o *status* de representantes de um grupo, de uma corrente intelectual, ou quando é porta-voz de uma causa. Portanto, uma reflexão sobre o espaço autobiográfico pode ser capaz de assegurar a compreensão das condições que tornam possível, ou não, o testemunho⁹. As dificuldades das enquetes devem ser, conseqüentemente, integradas à interpretação.

Também as condições de emergência dos testemunhos não é independente da evolução da vontade de escutar. De um lado, a emergência da história social, de uma história dos de baixo, dos incapazes de fazer seus próprios registros; o avanço, na história e na sociologia, dos procedimentos de campo dos etnólogos; as restrições ao funcionamento e à destruição de documentação, de associações partidárias e sindicais em períodos de restrição às liberdades democráticas no Brasil e nos demais países da América Latina, as quais legitimaram as técnicas de entrevistas e motivaram sua prática entre os cientistas sociais.

Por outro lado, a possibilidade de testemunhar em condições onde a escuta se torna possível e legítima após períodos de forte interdição, vai marcar fortemente os referentes cronológicos dos depoentes, que tenderá a se fazer por marcos que são os da reconstrução

histórica. Assim, a organização cronológica da narração é fortemente marcada pelo tipo de necessidade ao qual responde o ato de testemunhar e pelo tipo de forças mobilizadas para permitir o testemunho. No caso dos testemunhos de militantes, uma questão significativa é que o testemunho, não obstante as diretivas do pesquisador, pode tomar a forma de um discurso de mobilização, de ativismo, de ajuste no percurso político, lastreado pela experiência, em nome de uma causa e de uma organização que o depoente crê incarnar¹⁰.

O trabalho de constituição de uma memória coletiva que brota dos testemunhos num quadro de sociabilidade, seja de sindicalistas, de militantes partidários, de lideranças de elite ou de grupos de imigrantes, quando retornam aos mesmos ou quando são monitorados voluntária ou involuntariamente pelos grupos, são capazes, por meio dos pontos de contato, via a lembrança entre uns e outros, de reconstruir um fundamento comum, de restaurar uma comunidade afetiva, pelo jogo de tensões entre memórias individuais e a memória coletiva. O ato de testemunhar, dessa forma, pode ser uma maneira dos indivíduos e grupos reescreverem sua própria história, numa perspectiva prosopográfica, ou seja, da biografia coletiva¹¹.

Para os historiadores fica a necessidade de considerar todos esses aspectos sob pena, se não o fizer, de estabelecer ligações artificiais entre um conjunto de vidas singulares e trajetórias particulares. Com a aceleração contemporânea da história, há uma aceleração da memória coletiva e uma multiplicação da memória de grupo. Certamente a história oral tem seu lugar nesse processo, ainda não avaliado devidamente pelos historiadores praticantes das enquetes orais, os quais têm também descurado da contraposição da memória viva, que recolhemos em nossas entrevistas, à memória histórica¹², o que tanto poderia contribuir para ampliar a história da memória que outro significado não tem, para ficarmos de acordo com Pierre Nora, do que a economia do passado no presente.

NOTAS

¹BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa, Publicações Europa-América, s/d.

²Sobre historiografia na Antigüidade ver MOMIGLIANO, A. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris, Gallimard, 1983; HARTOG, François. *Le Miroir d'Hérodote*. Paris, Gallimard, 1980.

³Ver *Combates por la Historia*. Barcelona, Ariel, 1974.

⁴Ver SAMUEL, Raphael. "Historia popular, historia del pueblo". In *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona, Ed. Crítica, 1984; THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992; PRINS, Gwyn. "História Oral". In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história*. São Paulo, UNESP, 1992; FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

⁵Sobre essas diferenças ver o tratamento que Gérard Namer dá às memórias da classe trabalhadora, dos deportados e dos judeus egípcios, na França. In NAMER, Gérard. *Mémoire et Société*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1987. Não esquecendo o clássico trabalho de HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

⁶São expressivos, neste particular, os depoimentos tomados dentro do projeto de História Oral/UFGM, de imigrantes e seus filhos tais, como os de Amadeu Lorenzatto, Izaura Buldrini, Sr.Primo, Antonina Zandona e José Bertolini.

⁷Aqui nos foram de grande valia as reflexões de Michel Pollak sobre as peculiaridades dos testemunhos e a Ele realiza suas reflexões com base nos depoimentos de pessoas que viveram a experiência da deportação e confinamento em campos de concentração europeus, quando da segunda guerra mundial. Ver POLLAK, "Michel. Le témoignage". In *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*: n^os. 62-63, juin, 1986, pp. 03-30.

⁸Sobre a memória feminina ver PERROT, Michele. "Pratiques de la Mémoire Feminine". In *Sommaire - Théâtres de la Mémoire*. Paris, Éditions Minuit, 1989, pp.19-27.

⁹Sugestivo dessas questões são os depoimentos do intelectual católico, Edgar da Mata Machado, registrados no âmbito do projeto de História oral FAFICH/UFGM, e também no livro de NEVES, Lucília de Almeida, SOARES DULCI e Otávio, MENDES, Virgínia. *Edgar da Mata Machado. Fé, Cultura e Liberdade*. São Paulo/Belo Horizonte, Ed. Loyola/Ed. UFGM, 1993.

¹⁰Isto pode ser bem aquilatado nos depoimentos de sindicalistas , e militantes do PTB, do PCB, também integrantes do acervo do projeto de História Oral/FAFICH/UFGM, como por exemplo nos de Dimas Perrim, Sinval Bambilra, José Gomes Pimenta, o Dazinho.

¹¹É interessante registrar como os testemunhos de membros da elite empresarial e política mineira tendem a valorizar o recorte social e geracional de um grupo que se reconhece enquanto um coletivo ao se identificarem como responsáveis pelas iniciativas do Estado, pelos investimentos na produção, pela construção da riqueza, pelo mérito do progresso e do desenvolvimento do Estado, bem como pela gestão da coisa pública.

¹²Uma rica reflexão sobre a aceleração da história, a natureza da memória história e a problemática de sua construção ver NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Paris, Gallimard, 1986, vol. I.